

**AgInt nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.321.681 - SP
(2018/0165811-2)**

RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
AGRAVANTE : FERNANDO ROSOLEN
ADVOGADOS : LUIZ HENRIQUE MOURA LOPES - SP345287
MARCO FABIO CAMPOS JUNIOR E OUTRO(S) - SP346024
AGRAVADO : IBE BUSINESS EDUCATION DE SÃO PAULO LTDA
AGRAVADO : FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ADVOGADO : RICARDO BONATO E OUTRO(S) - SP213302

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 330, I, DO CPC/1973 (ART. 355, I, DO CPC/2015). CERCEAMENTO DE DEFESA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O Tribunal local, com base nos elementos fático-probatórios dos autos, decidiu pela inexistência de cerceamento de defesa, de forma que o acolhimento da pretensão recursal acerca da necessidade da prova oral demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas nas instâncias ordinárias, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

2. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça acordam, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira (Presidente) e Marco Buzzi votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator